

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Brigou, agora se vira

Pré-candidato ao Planalto, o senador Flávio Bolsonaro encontra dificuldades de ver o seu próprio partido e aliados replicando a sua pré-campanha nos estados. O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), o jovem promissor da direita, fez o discurso mais aplaudido em Belo Horizonte quando Flávio lançou a sua pré-candidatura em Minas Gerais, no início de junho. Agora, porém, há quem diga que ele está praticamente de braços cruzados pelo senador. Daí, inclusive, as especulações de que teria ajudado no vídeo de Michelle Bolsonaro, o que o deputado nega. Além de Minas Gerais, aliados detectam um descaso com a pré-campanha presidencial de Flávio em São Paulo, no Nordeste e no Rio de Janeiro, onde a política virou um salve-se quem puder, depois das operações que afastaram aliados de Flávio Bolsonaro do pleito. A tendência é de que esse processo não se reverta, especialmente se o caso Master continuar fustigando o senador fluminense.

» » »

Por falar em caso Master.../ O ex-governador Ibaneis Rocha é o segundo a sair da corrida eleitoral depois que o escândalo veio à tona. O primeiro foi o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro, que, antes dos investimentos do RioPrevidência no Master, teve, pelo menos, uma “experiência incrível” em Nova York, durante jantar patrocinado por Daniel Vorcaro.



Fica, Michelle

Aliados da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro têm dito que o ex-presidente Jair Bolsonaro quer que a esposa continue na política e candidata ao Senado no Distrito Federal. Isso porque, a preços de hoje, ela é uma das poucas garantias de ter o sobrenome numa das tribunas mais importantes da política nacional.

Montanha-russa da política

Bolsonaro tinha esperanças de ter os três filhos no Senado em 2027 e corre o risco de não ter nenhum. O deputado cassado Eduardo Bolsonaro, o filho Zero Três, está inviabilizado e será, no máximo, suplente de André do Prado, em São Paulo, um candidato que encontra dificuldades. Carlos Bolsonaro, o Zero Dois, não é visto como pule de dez para se eleger em Santa Catarina. E Flávio Bolsonaro, ao decidir concorrer ao Planalto, deixou a vaga ao Senado no Rio de Janeiro longe da família. Logo, resta Michelle.

À mesa com Durigan

Na reunião com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, na semana que vem, a Frente Parlamentar do Agro (FPA) pedirá que seja incluída a renegociação das dívidas de produtores que se acumularam devido a problemas que vão além das mudanças climáticas. Para aprovar logo o texto da medida provisória sobre a renegociação das dívidas dos produtores rurais, a ideia é incluir ainda quem não conseguiu pagar por causa dos juros altos.

Reivindicações

Os parlamentares pretendem sugerir que o governo dê um alívio a esses produtores que estão com dificuldades por razões econômicas, mas aceitam que seja uma ajuda menor do que aquela que o Executivo proporá aos agricultores afetados por secas e enchentes. Caso o governo aceite, a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) estima que cerca de 60% a 70% dos agricultores gaúchos em situação crítica serão beneficiados, incluindo aí os impactados pelo clima e pelos juros.

CURTIDAS



Jefferson Rudy/Agência Senado

Ferida aberta I/ Ganhará a aposta quem jogar suas fichas na neutralidade da federação União Progressista na eleição presidencial. Um dos motivos é a mágoa do presidente do PP, senador Ciro Nogueira (**foto**, PI), por causa do vídeo em que Flávio Bolsonaro criticou o parlamentar piauiense, quando da operação da Polícia Federal na casa de Nogueira.

Ferida aberta II/ Aliados do presidente do Progressistas dizem que não é um assunto superado. Afinal, Ciro passou anos defendendo e exaltando Jair Bolsonaro e foi “abandonado” na primeira oportunidade. Duas semanas depois, foi a vez de Ciro Nogueira dar o troco em Flávio, afirmando que “se for culpado, tem que pagar”, referindo-se às denúncias sobre a relação entre o filho de Bolsonaro e o ex-banqueiro Daniel Vorcaro.

Por falar em feridas.../ O ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha não esconde de pessoas próximas que está muito magoado com os aliados no DF e fora dele. Considera-se abandonado à própria sorte e vai comemorar seu aniversário, hoje, no Piauí. Quer distância das conversas políticas sobre os palanques de 2026 e do caso Master.

Voto de quem?/ A sessão deliberativa da última quinta-feira, no Senado, contou apenas com o senador Confúcio Moura (MDB-RO). Alguns itens da pauta foram votados de forma simbólica com o plenário vazio.

PENDURICALHOS

Tribunais negam irregularidade

Cortes de seis estados e do DF sustentam, ao STF, que pagamentos de verbas extras a magistrados seguiram normas do CNJ

» IAGO MAC CORD

Em resposta ao cerco do Supremo Tribunal Federal (STF), sete Tribunais de Justiça informaram à Corte que os pagamentos que fizeram de verbas extras, os chamados penduricalhos, seguiram as normas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As manifestações ocorreram após o STF fixar prazo de 48 horas para que os sete TJs — Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia — explicassem supostos pagamentos acima do teto constitucional. Há casos de vencimentos de magistrados que atingiram R\$ 495 mil. A ordem partiu dos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Gilmar Mendes.

Conforme os tribunais, os valores não representam salários recorrentes, mas sim “acertos financeiros” obrigatórios decorrentes de aposentadorias, indenizações por férias acumuladas e um complexo período de transição normativa. No topo da pirâmide de gastos identificados, o TJ do Rio de Janeiro liderou os desembolsos do bimestre com um total de R\$ 110,6 milhões pagos em verbas extras. O desembargador Ricardo Couto — que preside a Corte e atua como governador em exercício do estado — alegou, no ofício ao STF, que o tribunal cumpre “rigorosamente” os parâmetros constitucionais, detalhando que os pagamentos acima de R\$ 100 mil referem-se a rubricas como a compra de férias (magistrados possuem 60 dias anuais), gratificações por

Entenda o caso

Valores vultosos

O ultimato do STF aos tribunais de Justiça de Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia ocorreu após reportagem da *Folha de S.Paulo* apontar que essas Cortes violaram a decisão do Supremo que limitou os pagamentos de verbas remuneratórias e indenizatórias ao máximo de 70% do teto do funcionalismo público, o que equivaleria a

aproximadamente R\$ 78 mil. TJs teriam pago valores superiores a R\$ 400 mil a alguns juízes em maio. O ministro Alexandre de Moraes exigiu que as chefias dos TJs detalhassem os valores e as verbas pagas a cada magistrado da ativa e aposentado, bem como aos pensionistas, em abril, maio, junho e julho deste ano. As informações deveriam ser prestadas de forma individualizada e com comprovantes dos pagamentos realizados.

acúmulo de jurisdição e abonos de permanência. Já o Tribunal de Justiça do

Distrito Federal e dos Territórios justificou que o seu pagamento de maior expressão, no valor de

R\$ 448 mil, foi uma indenização por 188 dias de férias não usufruídos por uma juíza que se aposentou, afirmando que tais exceções estão previstas em provimentos do CNJ para casos de vacância ou inatividade. Por sua vez, o TJ do Maranhão explicou que um contracheque de R\$ 270 mil emitido a um desembargador representa apenas a primeira de 12 parcelas de uma verba rescisória total de R\$ 3,3 milhões. Para tentar se adequar, a nova administração maranhense informou ter suspenso auxílios-moradia e alimentação e editado normas para que novas parcelas respeitem o teto. Já o tribunal de Rondônia atribuiu eventuais divergências ao fato de que, até o fim de junho, a cumulação de gratificações por tempo de serviço com a Parcela

de Valorização por Tempo de Atividade (PVTAC) ainda era permitida por decisões vigentes, antes da palavra final do STF. Já o Tribunal de Justiça de Goiás declarou que suas folhas de pagamento foram submetidas a uma auditoria prévia e autorizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça antes de serem efetivadas. O conflito escalou após a decisão do STF de março, que fixou o teto constitucional em R\$ 46,3 mil e limitou as verbas indenizatórias a 35% desse valor, permitindo o adicional de tempo de serviço (PVTAC) de 5% a cada cinco anos, desde que respeitado o limite global. Diante das respostas, o STF mantém a advertência de que o descumprimento dessas balizas pode resultar no afastamento imediato dos presidentes dos tribunais, além de sanções civis e penais.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

MP: disfunção sexual não impede assédio

» RENATO SOUZA
» VANILSON OLIVEIRA

O Ministério Público Federal afirmou, na ação que corre contra o ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o laudo afirmando que o magistrado sofre de disfunção erétil, apresentado pela defesa, não impede que ele cometa assédio sexual. O documento foi protocolado pelos advogados em um processo administrativo que tramita na Corte. De acordo com o MPF, o laudo de disfunção erétil moderada “não traz qualquer referência que permita excluir a possibilidade da

prática de assédio sexual” da qual o magistrado foi acusado. Um médico ouvido como testemunha também sustentou que Buzzi sofre de problemas de saúde, como perda de força nas pernas, dificuldade de equilíbrio, diferença no cumprimento das pernas e risco de quedas, o que impediria a conduta criminosa. Ele ainda afirmou que três medicamentos usados pelo ministro reduzem a libido, mas que isso não significa que ocorra o episódio de impotência sexual. Para o MPF, as situações descritas não impossibilitam a prática de assédio. Buzzi é alvo de três acusações,

uma delas por parte de uma jovem de 18 anos, amiga da família do jurista, que alega ter sofrido assédio durante um banho de mar em Balneário Camboriú (SC), em janeiro deste ano. Ela estava em férias com a família e conforme relato, o ministro tentou agarrá-la por, pelo menos, três vezes, mesmo após as tentativas dela de se desvencilhar. A outra suposta vítima é uma funcionária terceirizada do gabinete do ministro, que diz ter sido alvo de toques não consentidos, além de comentários de natureza sexual. A defesa de Buzzi afirmou ao **Correio** que “lamentava o vazamento de informações sigilosas dos autos

que expõem aspectos pessoais das partes”. E reforça ter adotado, desde o início, “conduta respeitosa, não tendo mencionado publicamente documentos, laudos ou qualquer tipo de informação referentes às denúncias”. O ministro está afastado do cargo desde 10 de fevereiro e impedido de entrar nas dependências do STJ. Em maio, a Corte decidiu suspender os penduricalhos pagos a Buzzi. Os pagamentos extras eram acrescidos ao salário e proporcionavam uma remuneração acima do teto constitucional. Com isso, o salário dele caiu de uma média de R\$ 100 mil para R\$ 35 mil por mês.

Divulgação/STJ



O ministro Marco Buzzi é alvo de três acusações de assédio sexual